

CURSO DE LINGÜÍSTICA GERAL: **REAÇÃO E ADESÃO À PERSPECTIVA REPRESENTACIONISTA**

Elisângela Nogueira Teixeira¹

Helena Franco Martins²

teixeiraelis@gmail.com

lena@puc-rio.br

RESUMO: Tomando por base a leitura clássica de Roy Harris para o *Curso de Lingüística Geral* de Ferdinand de Saussure, este artigo analisa a presença de uma tensão entre duas visões concorrentes de linguagem e significado, a saber, uma perspectiva representacionista, hegemônica na história do pensamento lingüístico, e uma concepção oposta, próxima à que se encontra nas *Investigações Filosóficas*, de L. Wittgenstein.

PALAVRAS-CHAVE: Saussure; representacionismo; significado; Wittgenstein.

INTRODUÇÃO

Desde a publicação do *Curso de Lingüística Geral*, em 1916, um conjunto enorme de comentadores tratou de interpretá-lo. O fato de já ter sido inúmeras vezes comentado não reduz de modo algum a importância e a influência que ainda hoje exerce o pensamento saussuriano, não apenas para a Lingüística, mas também para campos de estudos correlatos que, seja por continuidade seja por reação, têm sua trajetória definitivamente marcada por um dos mais amplos movimentos intelectuais do século XX – o estruturalismo –, movimento este que, como se sabe, teve em Saussure a sua figura chave.

Ocupando, conforme aponta Harris (1997, p. 210), “um lugar de importância única na história do pensamento ocidental”, e representando uma verdadeira revolução

¹ Universidade Federal do Ceará – UFC.

² Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio.

no itinerário dos estudos lingüísticos, a teoria saussuriana apresenta, pois, a inesgotabilidade típica dos grandes sistemas filosóficos que a nossa cultura nos lega e merece, portanto, esforços continuados de compreensão e esclarecimentos. Este trabalho se insere no âmbito desses esforços.

O *Curso* é a obra que efetivamente inaugura a Lingüística, delimitando-lhe de modo preliminar o objeto e o método de pesquisa. Em seu programa fundador, Saussure tenta conciliar dois objetivos: (i) delimitar e defender um terreno próprio e científico para questões específicas da Lingüística, que não podem ser respondidas por outras ciências e (ii) responder a essas questões específicas da Lingüística acomodando os interesses tradicionais, remanescentes das pesquisas empreendidas ao longo do século XIX.

A tentativa de conciliação desses dois objetivos marca de forma definitiva a trajetória da lingüística, onde parece valer o que diz o próprio Saussure: “o que domina toda alteração é a persistência da matéria velha” (CLG, p. 88). Compreender Saussure é, pois, de certa forma, compreender o jogo entre o velho e novo no campo da reflexão sobre a linguagem.

Analisar o *Curso* não é de modo algum tarefa fácil. Saussure aborda temas altamente controversos, de forma altamente sofisticada, e esse por si só já torna ousada a tarefa de comentá-lo. A dificuldade aumenta ainda mais quando se soma à imensa literatura sobre sua obra e à diversidade de interpretações de seus principais comentadores, como Derrida (1967), De Mauro (1972), Culler (1986), Harris (1987), Holdcroft (1991), Thibault (1996).

É certo que este artigo não possui intenções de traçar comentários originais sobre a obra saussuriana; quer realizar uma leitura sobre a presença de dois tipos de movimento com relação a uma certa perspectiva acerca da linguagem e do significado, que, hegemônica na história do pensamento ocidental, vem sendo denominada *visão representacionista* do significado (cf. GLOCK, 1997; RORTY, 1994; HARRIS, 1988; MARTINS, 1999).

No *Curso de Lingüística Geral*, pode-se apreciar o entendimento de significado levando-se em consideração a tensão – ora manifesta, ora latente – entre estabilidade e instabilidade, fixidez e mutabilidade. A perspectiva representacionista do significado aceita como axiomático o princípio de que as palavras têm significado em virtude de representarem alguma outra coisa.

Sob esse ângulo, uma palavra teria seu uso determinado e estabilizado porque funcionaria como sucedâneo de algum tipo de entidade fixa ulterior. Sabemos que Saussure investe enfática e explicitamente *contra* uma versão bastante disseminada de representacionismo, a saber, aquilo que ele mesmo caracteriza como uma espécie de *nomenclaturismo simplista*, ou “a crença de que a língua, reduzida a seu princípio essencial, é uma nomenclatura” (CLG, p. 79).

Apesar do empenho explícito de Saussure em combater essa versão de representacionismo, pode-se dizer, no entanto, que esta perspectiva não é de todo abandonada no *Curso*, sobretudo pela manutenção da crença no caráter bipartido do signo lingüístico. Com efeito, o presente trabalho parte da seguinte hipótese, levantada por Harris (1988, p. 14):

Saussure não rejeita o representacionismo *in toto*, mas apenas uma de suas versões – pois não ergueria qualquer objeção a quem sustentasse que *arbor* “representa” um certo conceito, a não ser que esta pessoa sustentasse também que tal conceito pode ter algum tipo de existência independente da palavra *arbor*.

Conforme observa Harris, versões mais radicais de anti-representacionismo, particularmente aquela oferecida pelo pensamento de L. Wittgenstein, tenderiam a subverter a própria compreensão bipartida do signo lingüístico, a própria idéia de que significantes representam significados.

A confluência desses dois movimentos no *Curso* – de reação e de adesão ao representacionismo – faz com que não seja inteiramente simples responder a perguntas como: quão fixos são os significados na perspectiva do *Curso*?, ou O que os fixa? Nesta pesquisa, pretendemos oferecer elementos para pensar essas questões à luz de uma explicitação dos movimentos saussurianos de adesão e reação à perspectiva representacionista da linguagem e do significado.

A despeito da admirável habilidade de Saussure para conciliar muitas das aparentes contradições que caracterizam o fenômeno lingüístico, seu estilo de teorizar sobre a linguagem deixa muito espaço para certas tensões “silenciosas” no *Curso*: certos movimentos “em aparência” contraditórios por vezes resistem a se deixar domesticar pelo empenho explícito de Saussure, e por vezes permanecem mesmo fora do escopo dos comentários do autor.

A base teórica fundamental deste estudo é fornecida pelos trabalhos de R.

Harris, sobretudo *Language, Saussure and Wittgenstein: how to play games with words?* (1988) e *Reading Saussure* (1987). Harris foi escolhido como o comentador principal do *Curso* porque, na publicação de 1988, faz uma aproximação do pensamento de Saussure e de Wittgenstein em relação ao entendimento da linguagem, aproximação esta que se mostra bastante profícua, na medida em que enfoca, justamente, a tensão que se pretende investigar aqui. Comparando a perspectiva saussuriana com a visão radicalmente anti-representacionista de Wittgenstein, Harris mostra como é oscilante a relação que Saussure mantém com o representacionismo, ora aproximando-se, ora afastando-se dessa perspectiva.

Apesar de o *Curso* ser o resultado do recorte de seus editores que o modelaram segundo suas interpretações das aulas ministradas na Universidade de Genebra e apesar de entendermos como muito importantes as reivindicações oriundas de novas interpretações baseadas nos manuscritos de Saussure e de seus alunos, esse trabalho leva principalmente em consideração o legado deixado pelo *Curso de Lingüística Geral* independentemente do fato de não ter sido Saussure pessoalmente quem o escreveu. Harris (1987, p. vii) é muito sagaz ao comparar o problema da autoria de Saussure ao problema da autoria de Sócrates.

Realmente o *Curso* é uma fabricação de seus editores, assim como Sócrates provavelmente é uma fabricação de Platão. O estudo dos legados deixados por um e outro autor, não fica, entretanto, menos justificado.

1. DUAS VISÕES PARA LINGUAGEM NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA

1.1 A PERSPECTIVA REPRESENTACIONISTA

O *representacionismo* não é propriamente uma teoria da linguagem. O termo tem sido aplicado em referência à concepção de linguagem que em geral subjaz a projetos metafísicos de inclinação *essencialista*, caracterizados pelo esforço por capturar uma compreensão correta, verdadeira e única dos fenômenos, um esforço que se pode atribuir não apenas à boa parte dos sistemas filosóficos ocidentais, mas à grande maioria das ciências. É a visão representacionista, então, um conjunto de pressupostos acerca da linguagem, que não se pode atribuir a qualquer filósofo específico, funcionando antes

como um “paradigma prototeórico” que, disseminado na história do pensamento ocidental, subjaz a muitos projetos filosóficos essencialistas, como os de Platão, Aristóteles, Locke, Descartes e muitos outros pensadores igualmente seminais (cf. GLOCK, 1997, p. 370-4).

Subjacente às teorias de base essencialista está o entendimento de que a linguagem tem como principal função a de representar a realidade – seja a realidade em si, seja a conceptualização mental da realidade. Sob essa ótica, a linguagem só é inteligível e a comunicação só é possível, porque a linguagem tem a virtude de representar uma realidade experienciada e comum a todos. Entende-se, portanto, que cada palavra e cada sentença possuem em si um significado essencial. O que torna a linguagem estável e regulada é justamente o fato de que cada palavra (e cada sentença) remete-nos, nas suas múltiplas e variadas situações de uso, a um mesmo ponto original e fixo, o significado essencial que representam.

O conhecimento lingüístico, para as teorias cujos fundamentos podemos associar ao *representacionismo*, estaria, portanto, tipicamente associado a um conjunto de associações mentais entre as expressões lingüísticas e seus significados essenciais, os conceitos, somados a princípios gerais para a combinação entre eles. Aprender uma língua seria, sob esse ângulo, por sua vez, aprender essas conexões – adquirir um instrumento de descrição, em que teríamos, por um lado, as palavras, que nomeiam, e por outro as sentenças, que descrevem. Dito de outra forma, antes de aprender uma língua, os seres humanos, a partir de uma conquista individual, resultado da aplicação de suas faculdades cognitivas às experiências com a realidade circundante, teriam posse prévia dos conceitos, que poderiam manipular numa espécie de linguagem interior, prescindindo, para isso, do aprendizado de qualquer língua específica. Este aprendizado se daria em um momento logicamente posterior ao da formação dos conceitos: de posse dos conceitos, aprenderíamos os seus “nomes” numa dada língua, nomes que ficam então disponíveis para as situações em que desejamos falar das coisas. A linguagem, sob esse ponto de vista, desempenharia um papel relativamente periférico, funcionando como mero *instrumento* para a comunicação do pensamento.

De posse do pensamento e da linguagem, nós poderíamos então interagir socialmente. Sob esse ângulo, essa interação é possível e funciona, como se disse acima, porque o processo de aquisição da linguagem possui início, meio e fim, ou seja, uma vez que se adquire a linguagem, ela se estabelece em nossos cérebros na forma de

associações entre nomes e coisas, sejam estas mentais ou reais. Sob o ângulo representacionista, a comunicação é um processo espelhado de compreensão e produção de enunciados entre dois ou mais interlocutores – um processo que poderia ser compreendido como envolvendo basicamente *codificação e decodificação*.

Wittgenstein, em crítica que dirige aos representacionistas (e a proposições defendidas por ele mesmo em seu passado) sintetiza bem os pressupostos da perspectiva representacionista acima descrita, na seguinte passagem das *Investigações Filosóficas*:

[...] o que pode nos levar a pensar (e que me levou) que quem pronuncia uma frase e *lhe dá significação* ou a *compreende* realiza com isto um cálculo segundo regras determinadas (IF, §81).

Dentro dessa visão, que, em termos wittgensteinianos, poderíamos chamar de *modelo do cálculo*, a linguagem serviria basicamente à comunicação de idéias; e a condição necessária para que esse processo comunicativo possa funcionar seria que as palavras tenham suas significações, identicamente codificadas e decodificadas, correspondendo regular e trans-subjetivamente a alguma entidade estável, real ou mental. Observe-se que, sob esse ângulo, a regularidade da linguagem seria vista, por assim dizer, como uma regularidade “superlativa”, um cálculo realizado “segundo regras bem determinadas”.

O modelo do cálculo é um modelo que se afina com uma busca pelos universais e/ou essências, porque essa busca supõe que a linguagem funcione de uma forma “confiável”, que possa servir como uma base estável para a articulação racional do pensamento e para a sua transmissão. Rorty (1994, p. 2) sugere, nesse sentido, que, para projetos que ambicionam “entender um objeto de uma forma única, chegando assim a uma verdade absoluta e universal”, a adoção de uma visão representacionista parece ser de fato um requisito básico. Universalismo, essencialismo e representacionismo andam, com efeito, lado a lado, na história do pensamento ocidental, uma tendência que, segundo Bakhtin (*apud* Weedwood, 2002, p. 149), parece hegemônica na abordagem dos fenômenos lingüísticos.

No projeto essencialista, que tende a pressupor a adoção de uma visão representacionista, não se dá à linguagem muita importância, como adverte Martins (1999, p. 19), justamente porque se supõe – e é essencial que se suponha – que as palavras “não ‘interferem’ na investigação daquilo que realmente interessa, o

significado”. Os essencialistas aceitam, então, como um axioma o princípio de que as palavras têm significado para nós em virtude de representarem estavelmente significados essenciais fixos – “entidades” de algum tipo (real, mental, virtual, etc).

1.2 PERSPECTIVA ANTI-REPRESENTACIONISTA

Na filosofia contemporânea, muitos autores têm questionado o projeto e os pressupostos essencialistas (cf. RORTY, p. 1994). Conforme esclarece Souza Filho (2001), no centro desses questionamentos, encontramos muitas vezes uma crítica à visão de linguagem que tende a se associar a tal projeto e que aqui estamos chamando de *representacionista*. Filósofos como Nietzsche, Heidegger, Wittgenstein, Derrida, Foucault, Deleuze, Austin e Quine, para citar apenas alguns nomes, empreendem, cada um à sua maneira, críticas contundentes à perspectiva representacionista da linguagem, indicando que sua inadequação se associa à “ilusão” de que a busca da “verdade absoluta e universal” tem chances de êxito (cf. RORTY, 1994, cap. 1). A substituição dessa perspectiva por outras, mais adequadas, sugerem esses filósofos, impõe que se reveja profundamente o projeto essencialista.

Nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein reflete sobre o legado essencialista e se insurge, no que ficou conhecido como seu segundo momento, contra a visão representacionista da linguagem, que, como ficou claro acima, subjaz a muitas teorias filosóficas e científicas. Procurou demonstrar que, na base do projeto da metafísica, havia a adoção de uma idéia equivocada sobre o funcionamento da linguagem. Wittgenstein percebeu que havia algo que se sobrepunha à relação de designação entre o nome e a coisa, e que se fazia mais fundamental para entendermos o funcionamento da linguagem em cada uma de suas inúmeras práticas. Segundo ele, a dificuldade que as teorias essencialistas reconhecidamente enfrentavam em fixar o significado dos conceitos com os quais trabalhavam devia-se, entre outras coisas, ao fato de que os vários usos das palavras tipicamente não se reduzem a significados essenciais, comuns às suas múltiplas instâncias de aplicação.

Para compreender melhor a reação anti-representacionista empreendida por Wittgenstein, vamos passar a observar como são entendidos, no contexto dessa reação, os fenômenos da linguagem, da regularidade lingüística, do *significado* e do conhecimento lingüístico, tópicos já abordados com relação à perspectiva

representacionista.

Para começar, é importante ter em mente que também o anti-representacionismo não é uma teoria da linguagem propriamente. Em Wittgenstein, esse movimento configura antes uma nova perspectiva sobre a linguagem, em que subverte radicalmente pressupostos adotados por toda uma tradição.

Antes de oferecer sua própria perspectiva alternativa acerca das noções acima elencadas, Wittgenstein procede, nas *Investigações Filosóficas*, a um questionamento da visão representacionista. Em primeiro lugar, ele nos convida a indagar: *cada palavra possui mesmo um significado essencial?* No caso de uma resposta afirmativa, ele nos leva a ponderar, por que então é tão difícil determinar o significado de palavras, seja o significado das que ocuparam por tanto tempo a mente de filósofos, como *ser*, *conhecimento*, *eu*, seja o de palavras simples, de uso cotidiano, como *cadeira* ou *jogo*. As palavras, longe de seus contextos, se mostram resistentes a uma definição única e abrangente. Essa constatação, sugere Wittgenstein, pode nos levar a pensar que a resistência das palavras a revelar seu suposto significado essencial favorece a idéia de que a linguagem talvez não tenha como função apenas a nomeação e a descrição de estados ou de coisas. Observa, nesse sentido, que nem todas as palavras funcionam como nomes de coisas, assim como nem todas as nossas sentenças descrevem. E, mais importante que isso, alerta-nos para a possibilidade de que a dificuldade de circunscrever os múltiplos usos que pode assumir cada palavra talvez seja um indicativo de que essa circunscrição, contrariamente à aposta de boa parte dos sistemas filosóficos ocidentais, não é possível em termos absolutos, dado o funcionamento da linguagem.

A visão representacionista da linguagem, em geral, se escora numa das “evidências” maiores de que a linguagem tem como função primeira a nomeação, que é a forma como o senso comum entende o processo de aquisição da linguagem. Os pais expõem a criança a um treinamento constante, fazendo-lhes associar nomes a coisas. Wittgenstein sugere um outro entendimento para essas situações de “nomeação”:

Uma parte importante desse treinamento consistirá no fato de que quem ensina mostra objetos, chama a atenção da criança para eles, pronunciando então uma palavra [...] Esse ensino ostensivo das palavras, pode-se dizer, estabelece uma ligação associativa entre a palavra e a coisa: mas o que significa isso? Ora, isso pode significar coisas diferentes [...] Com uma outra lição o mesmo ensino ostensivo dessas palavras teria efetivado uma compreensão completamente diferente. “Ligando a barra com a alavanca, faço funcionar o freio.”- Sim, dado todo o mecanismo restante. Apenas com este, é alavanca de freio; e, separado do seu apoio, nunca é alavanca, mas

pode ser qualquer coisa ou nada (IF, §6).

Existe, portanto, uma diferença entre a atividade de nomeação simples de coisas, e o que pode chegar a fazer o aprendiz da linguagem com esses nomes. Wittgenstein nos convida a pensar: quando é que, de fato, dizemos que uma pessoa *aprendeu* o significado de uma palavra? Se refletirmos sobre o assunto, perceberemos que nos contentamos com o aprendizado de uma palavra, não quando vemos que o aprendiz sabe relacionar os nomes às coisas, mas quando constatamos que sabe fazer *uso* destas palavras, independentemente do fato de que esteja ou não em condições de dizer: o significado dessa palavra é tal e tal; eis aqui o que essa palavra nomeia, etc. Dito de outra forma, o critério que utilizamos para atribuir a alguém o conhecimento do significado de um termo diz respeito à sua capacidade de usá-lo, e não à sua capacidade de enunciar a regra que “governa” todos os seus múltiplos usos.

A linguagem, por conseguinte, numa visão anti-representacionista não tem uma relação direta com a realidade. A relação linguagem-realidade reivindicada por grande parte das teorias essencialistas é deslocada, na perspectiva wittgensteiniana, para a relação linguagem-práticas humanas. Observe-se que, nesse deslocamento, renuncia-se à noção de *representação* como um todo: a linguagem deixa de ser um instrumento para representar o real – tampouco será vista como um instrumento para representar as práticas humanas. O que Wittgenstein sustentará é que linguagem não se dissocia das práticas humanas, mantendo com elas laços mutuamente constitutivos. A linguagem é, para Wittgenstein, antes de mais nada uma *forma de vida*, uma praxis, uma forma de ação. O que quer salientar Wittgenstein é que a linguagem não funciona como mero instrumento para comunicação das idéias – é, antes disso, “importante para construir pontes e fazer outras coisas do gênero” (WITTGENSTEIN, 1979, p. 61).

Os vários usos que se pode dar à linguagem são chamados por Wittgenstein de “jogos de linguagem”. É importante deixar claro que o termo jogo de linguagem quer salientar que falar uma língua é parte de uma atividade ou de uma forma de vida. (IF, §23) A nomeação, por exemplo, para ele é somente um dentre os vários jogos. A linguagem não é homogênea, ela está composta de uma série de atividades diferentes.

Nesse sentido, Grayling, afirma que

a linguagem, na visão de Wittgenstein, se entrelaça com todas as atividades e comportamentos humanos; conseqüentemente nossos inúmeros diferentes

usos dela recebem conteúdo e significado de nossos afazeres práticos, nosso trabalho, nossas relações com as outras pessoas e com o mundo que habitamos; em suma, uma linguagem é parte do tecido de uma 'forma de vida' inclusiva" (GRAYLING, 2002, p. 90).

Indissociável de nossas práticas humanas, a linguagem é, como essas práticas, um fenômeno em certa medida estável e regulado. Entendida como prática, se realiza pela constante de uma conduta regulada e acontece naturalmente. Conforme esclarece Grayling (2002, p. 106), "o seguimento de regras é uma prática geral estabelecida pela concordância, pelo costume, pelo treino".

Essa prática da linguagem é como a prática do jogo, uma atividade controlada por regras. As regras da linguagem, na perspectiva wittgensteiniana, não são, no entanto, regras "superlativas" que já contêm em si todas as possibilidades de aplicação; não têm uma existência autônoma e anterior à sua própria prática, que permita determinar precisamente o que pode acontecer numa dada situação comunicativa. Em outras palavras, a regularidade é definida em função dos jogos de linguagem – tem, portanto, a fixidez e a transparência de nossas práticas humanas; nem mais, nem menos. Isso significa que as regras da linguagem não são nem completamente fixas nem completamente transparentes.

Se é assim que funciona a linguagem, não se pode esperar uma base inteiramente estável onde descansam os significados das palavras. O significado de uma palavra é o seu uso na linguagem. Tais usos normalmente não se agrupam em torno de propriedades essenciais comuns. O significado de uma palavra não pode ser visto como uma propriedade *da palavra*, que independa dos seus contextos de uso; depende, contudo, de nossas práticas humanas.

Pelo que se entendeu no parágrafo acima sobre o significado, pode-se compreender agora porque há uma enorme dificuldade em estabelecer os limites de um significado lingüístico. Essa dificuldade é fruto de seu caráter disperso, de sua organização eminentemente instável e dependente de uma variedade irreduzível de usos possíveis. Conforme resume Grayling, Wittgenstein entende o significado então da seguinte forma:

O significado de uma expressão é o que compreendemos quando compreendemos essa expressão. Compreender consiste em saber o uso da expressão em toda a variedade de jogos de linguagem em que ela ocorre. Saber seu uso é ter uma habilidade: a habilidade de seguir as regras para seu uso nesses diferentes jogos de linguagem. Seguir regras não é como um

processo interno de entender algo como um cálculo que impõe objetivamente padrões de correção; é; antes, uma prática impregnada nos costumes e concordâncias de uma comunidade e como tal é essencialmente pública (GRAYLING, 2002, p. 109).

As palavras, numa visão anti-representacionista, podem ter inúmeros usos em inúmeros contextos dificilmente classificáveis, imprevisíveis e bastante arredios a projetos que pretendem de alguma forma fixá-los. Sob esse ponto de vista, a instabilidade, ou estabilidade relativa, dos significados das palavras comparece em todos os assuntos humanos, em todos os nossos jogos de linguagem – inclusive nas ciências e na filosofia. Daí a associação entre a adoção de uma perspectiva não representacionista e a renúncia a projetos essencialistas: o deslizamento constante dos significados torna de certa maneira toda verdade contingente.

Diante desse deslizamento constitutivo, como atestamos, então, que compreendemos uma expressão lingüística? Segundo a perspectiva anti-representacionista, os critérios que temos para dizer se alguém compreendeu uma expressão são os comportamentos que manifesta na interação comunicativa. É o jogo da linguagem, que espera que os interlocutores de um processo comunicativo se comportem/joguem segundo suas regras. O comportamento originado da compreensão de uma expressão deve ser aceito no jogo da linguagem como um lance legítimo; uma ação adequada no *contexto* particular em que ela é produzida.

O que é importante enfatizar, no entanto, é que nada de *exterior* ao próprio jogo garante de antemão a legitimidade dos lances. O reconhecimento da instabilidade dos significados e das práticas humanas, que tornam toda verdade contingente, são frutos da compreensão da linguagem como forma de vida, como algo indissociável dos costumes de uma cultura particular, de um momento particular da história, etc. É importante observar que a reação anti-representacionista substitui a identidade de processos mentais comunicativos, para colocar a compreensão lingüística como um processo puramente intersubjetivo.

Aprender uma língua, de acordo com essa reação, significa antes de mais nada, aprender a tomar parte em práticas humanas; saber uma língua ou o significado de uma palavra é mais um *saber como* do que um *saber que*.

Aprender uma língua não é, pois, adquirir um sistema de representação. Além disso, jamais “terminamos” de aprender a nossa língua – não se trata, como na visão representacionista, de um processo com início, meio e fim. Para a perspectiva

wittgensteiniana, adquirir uma língua não é um processo finito. Isso se dá porque nós nunca terminamos de aprender o mundo em que vivemos, e como vimos, a relação entre linguagem-realidade foi deslocada para linguagem-práticas humanas, práticas estas inseridas numa realidade da qual não se dissociam. Não há, pois, abismo entre homem e mundo. A linguagem é, como vimos um jogo, do qual não temos conhecimento absoluto de suas regras. A linguagem está sempre pronta e sempre inacabada, bem ao estilo saussuriano. Nesse sentido, Wittgenstein nos alerta: “É preciso não esquecer que o jogo da linguagem é dizer o imprevisível - isto é: não se baseia em fundamentos. Não é razoável (ou irrazoável). Está aí - como a nossa vida” (*Sobre a certeza*, §559).

As teorias lingüísticas, em sua grande maioria, estão imbuídas de um ideal essencialista e representacionista. Pode-se observar claramente que existe, em muitas das correntes lingüísticas contemporâneas, a busca por essenciais lingüísticos, tais como a busca por princípios que governam todos os sistemas lingüísticos, como o conjunto de sons potencialmente reconhecíveis por um bebê ou uma capacidade inata humana de realizar uma operação, a chamada recursividade, que faz parte do atual projeto da lingüística chomskiana.

Esses exemplos são projetos da área da Lingüística que subscrevem, (mas não somente) em sua busca de universais, a abordagem essencialista. Saussure, apesar de ter elaborado uma crítica aos nomenclaturistas, rejeitando assim uma das versões mais disseminadas de representacionismo, não se afasta da idéia de que se pode reconhecer em cada indivíduo a língua como um sistema completo. Na teoria saussuriana, observa-se claramente a presença de uma investida essencialista na captura do que vem a ser a *langue*. Por outro lado, Saussure também reconhece uma certa dispersão e imprevisibilidade da linguagem, em muitas ocasiões, entre elas quando discute a questão da mutabilidade do signo lingüístico, apontando para uma compreensão mais dinâmica da *langue*.

Nesta investigação é fundamental ressaltar que importantes avanços oriundos de uma reflexão sobre o papel não representacionista do signo lingüístico já são encontrados na obra considerada a fundadora da lingüística, o *Curso de Lingüística Geral*.

2. CURSO DE LINGÜÍSTICA GERAL: REAÇÃO E ADESÃO À PERSPECTIVA REPRESENTACIONISTA

Saussure é importante na história dos estudos lingüísticos, porque sua obra foi responsável por uma ampla reforma teórica e metodológica. Foi desencadeada, a partir do surgimento do *Curso*, uma mudança radical no foco de tratamento das principais questões sobre a linguagem. Conforme ressalta Harris, “Saussure viu que a nossa compreensão da realidade é inteiramente dependente do uso social dos signos verbais que constituem nossa linguagem”, defendendo a idéia de que “as palavras não são rótulos que se aplicam a coisas da natureza”, sendo antes “produtos coletivos de nossa interação social, e instrumentos essenciais para que os seres humanos possam compreender o mundo em que vivem e falar sobre ele” (HARRIS; TAYLOR, 1997, p. 210).

A linguagem para Saussure não cabe, pois, dentro dos limites de um instrumento para propiciar a comunicação. O que Saussure entende por linguagem ultrapassa esses limites, e é possível atribuir ao legado do *Curso* a tese de que a “existência humana é uma existência lingüisticamente articulada” (op. cit., p. 210). Sob este aspecto, Saussure representa de fato uma posição revolucionária no que tange à história do pensamento ocidental. Como vimos na seção anterior, esta história é marcada pela hegemonia de uma visão segundo a qual a linguagem ocupa uma posição relativamente periférica na existência humana, funcionando como mero instrumento para representar a realidade ou a vida mental. Nesse sentido bastante amplo, pode-se dizer, portanto, que Saussure definitivamente se aproxima do movimento anti-representacionista que comparece na filosofia contemporânea e se manifesta de forma especialmente clara nas proposições de Wittgenstein: tanto Saussure quanto Wittgenstein empenharam-se em destacar o papel constitutivo da linguagem nos assuntos humanos (cf. HARRIS, 1988, p. 7).

Para que possamos, no entanto, compreender mais profundamente proposições saussurianas, tanto em seus aspectos revolucionários quanto na sua dimensão mais conservadora, é conveniente começarmos por atentar para certas características particulares do *Curso de Lingüística Geral*.

Não é sem razão que inúmeros manuais foram escritos visando uma melhor compreensão do pensamento saussuriano. Muitos autores ganharam estudos, exegeses, interpretações; poucos, no entanto, como Saussure, são sempre lidos com a ajuda de um

manual. E foram muitos os manuais escritos para auxiliar a leitura do *Curso: Introdução à leitura de Saussure, Para compreender Saussure, Reading Saussure* são títulos que, com pequenas variações, multiplicam-se generosamente na literatura secundária sobre o *Curso*.

Como bem se sabe, o *Curso* não foi escrito por um autor. Ele é a compilação de apontamentos de estudantes obtidos ao longo de três cursos ministrados por Saussure. Além disso, o livro recebeu um título que de certa forma camufla a tarefa deixada aos seus leitores. Quem lê o termo *Curso* espera geralmente se defrontar com uma leitura didática. Não é isso que o leitor encontra. O que encontramos é uma obra bastante difícil e de conteúdo extremamente complexo. O objetivo do *Curso* é oferecer os fundamentos de uma teoria lingüística geral. No momento histórico em que Saussure proferiu seus cursos, havia uma tendência de defesa e resguardo do objeto científico. A Antropologia, a Psicologia e a Sociologia eram disciplinas que acabavam de nascer e que faziam parte do mesmo campo de saber da Lingüística: o das ciências humanas. Observemos essa passagem:

[...] se estudarmos a linguagem sob vários aspectos ao mesmo tempo, o objeto da Lingüística nos aparecerá como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si. Quando se procede assim, abre-se a porta a várias ciências – Psicologia, Antropologia, Gramática Normativa, Filologia etc. - , que separamos claramente da Lingüística, mas que, por culpa de um método incorreto, poderiam reivindicar a linguagem como um de seus objetos (CLG, p. 16).

Saussure não queria ter o objeto da lingüística confundido. Como já se disse, de acordo com Harris, o lançamento de um programa científico para a Lingüística tinha que conciliar necessariamente “um terreno científico defensável próprio para a linguagem e a necessidade de acomodar nesse terreno interesses tradicionais” (HARRIS, 1987, p. 196).

Saussure não podia ignorar o trabalho e as importantes contribuições dadas pela tradição de estudos sobre a linguagem. Entretanto, percebia que nesta tradição de estudos não havia a clareza metodológica exigida pela ciência naquele início do século XX. Em nome da clareza e da precisão, Saussure lançou-se na difícil tarefa de estabelecer o domínio da Lingüística. Harris, contudo, denuncia um lapso no empreendimento saussuriano (cf. op. cit., p. 196). No *Curso*, encontram-se o método da ciência florescente, a tarefa desta ciência, sabe-se qual material deve ser analisado, mas

não se tem a resposta de uma pergunta fundamental: Para que necessitamos de uma teoria geral da Lingüística?

Harris sugere que o silêncio de Saussure em torno desta questão diz algo acerca de sua visão de ciência; a concepção saussuriana de ciência parece ser um resultado da aplicação do estudo do fenômeno lingüístico a um paradigma geral da filosofia da ciência (cf. HARRIS, 1987, p. 12), em que *ciência* se associa basicamente ao empreendimento de “juntar e de inter-relacionar sob poucas leis ou princípios gerais fatos díspares como pertencentes possivelmente ao mesmo assunto” (HARRIS, 1987, p. 196). Harris nos chama atenção, no entanto, para o fato de que, Saussure não oferece sinais claros de que tal empreendimento talvez faça mais sentido em alguns campos do que em outros – qualquer indicação de que tal empreitada talvez exija para a Lingüística um tipo de justificativa diferente daquela que pode ser oferecida para a Física, por exemplo.

Seja como for, irônico parece ser que o *Curso de Lingüística Geral*, tão empenhado em defender um terreno próprio, tenha sido alvo de tantas leituras e tenha atraído a atenção de tantas outras disciplinas. De acordo com Harris (op. cit., p. 197), a distinção que serve de fio condutor para a realização do primeiro grande movimento saussuriano na direção de uma ciência da linguagem, - delimitar o objeto da Lingüística -, é a distinção entre *langue* e *parole*. Quer Saussure ter o conceito de *langue* tão bem delimitado como têm outras ciências os conceitos de seus objetos. Entretanto, *langue* não pode ser tratada no mesmo nível em que é tratada a eletricidade, o reino vegetal, ou a dívida externa. Para haver uma base para a Lingüística, tem de haver um objeto real, para o qual possam ser formuladas verdades gerais e universais. Na ausência de um campo fenomênico mais “tangível”, como, por exemplo, o reino vegetal, Saussure se empenha, por assim dizer, em *coisificar* o seu objeto – e com esse gesto aproxima-se de uma perspectiva representacionista da linguagem e do significado.

O objeto em questão é a *langue*. Mas o que vem a ser *langue*? Saussure usa *langue* como um termo técnico, apesar de não tê-lo proclamado como tal. *Langue* para Saussure é ao mesmo tempo uma *instituição social* de uma comunidade e um *sistema cognitivo* na mente de um indivíduo; em outras palavras, é ao mesmo tempo coletiva e individual. Esse duplo caráter não tarda a convergir para uma só *estrutura*, constituída de um conjunto de relações. A necessidade de reduzir dessa maneira a *langue* é uma necessidade, digamos, operativa. Saussure precisava obter um objeto “manuseável”. É

importante perceber que, neste plano em que a *langue* é uma estrutura, o sistema cognitivo e a instituição social são a mesma coisa (cf. op. cit., p. 198).

A junção de características tão diferentes coloca um problema na teoria saussuriana que vem sendo tratado por “paradoxo saussuriano”. Labov (*apud* HARRIS, 1987, p. 198) criticou a junção dessas características quando confrontadas com o método de análise da *langue*. A pergunta elaborada por Labov foi a seguinte: Se a *langue* é social e a *parole* é individual, como então para estudar a *langue* é necessário apenas um indivíduo e para analisar a *parole* é preciso de vários indivíduos numa situação comunicativa? A questão principal aqui é: Se a *langue* é adquirida pelos indivíduos, ou seja, se ela se torna um sistema interno na cabeça dos indivíduos, então como é que ela, diferentemente da *parole*, pode ser um objeto estudado independentemente? (cf. HARRIS, 1987, p. 198).

Para comentar este “paradoxo”, é interessante examinar dois conceitos, dentre muitos³, de *langue* encontrados no *Curso*. No primeiro, *langue* é entendida como “meio-termo” e, no segundo, é entendida como “uma totalidade”. Os trechos do *Curso* em que se lê que a língua é entendida como meio-termo e como totalidade são, respectivamente, os seguintes:

Entre todos os indivíduos assim unidos pela linguagem, estabelecer-se-á uma espécie de *meio-termo*; todos reproduzirão – não exatamente, sem dúvida, mas aproximadamente – os mesmo signos unidos aos mesmos conceitos (CLG, p. 21).

Se pudéssemos abarcar a *totalidade* das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua (CLG, p. 21).

A partir da leitura dessas passagens, não se consegue ter claro como a *langue* pode oferecer alguma garantia de que seja idêntica para falantes e ouvintes numa situação comunicativa, já que também há no *Curso* uma demanda de uniformidade no circuito da fala (cf. CLG, p. 15-23). Ora, se a *langue* é o meio-termo, é impossível que seja suficiente, para estudá-la, a coleta de dados de apenas um indivíduo, e, por outro lado, também, se a *langue* é uma totalidade, então é impossível não estudar todas as evidências que uma comunidade lingüística tem a oferecer (op.cit. , p. 199).

Para arrematar as considerações sobre esse problema, Harris volta a falar do

³ Engler (1968) elenca diversos sentidos encontrados para o termo *langue* no *Cours de Linguistique Générale* (1922).

programa científico do *Curso*, afirmando que Saussure estava impregnado do desejo de apresentar a Lingüística na condição de uma ciência simples e autônoma. Não há outra razão para deixar de apresentar a *langue*, sistema cognitivo e instituição social, como um objeto que solicitava um tratamento específico para cada uma de suas características – pois isso corresponderia a assumir que o objeto da Lingüística não era um objeto unificado. Das considerações feitas acima sobre o conceito de *langue* em Saussure, deve ficar claro, em suma, o percurso de especialização que sofre o objeto lingüístico – para chegar, aos poucos, ao *objeto* manipulável da Lingüística Sincrônica. Para compreender o que é essa especialização da Lingüística, uma outra dicotomia aparece na teoria saussuriana, abordando a *langue* em suas dimensões sincrônica e diacrônica.

Saussure divide os estudos lingüísticos em dois campos, reunindo princípios teóricos relevantes para cada um deles (CLG, p. 116):

A Lingüística sincrônica se ocupará das relações lógicas e psicológicas que unem os termos coexistentes e que formam sistema, tais como são percebidos pela consciência coletiva.

A Lingüística diacrônica estudará, ao contrário, as relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva e que se substituem uns aos outros sem formar sistema entre si.

A Lingüística sincrônica estuda o que denomina um *estado de língua*: um estado de língua poderia ser compreendido, segundo a sugestão de Saussure, como um corte transversal que se faz na linha do tempo. Esse corte mostraria uma certa disposição dos constituintes da língua, que, entre si, se relacionariam de maneira única e autônoma. Tal rede de relações entre os signos possui certa fixidez e só pode ser observada do ponto de vista sincrônico. Assim, Saussure nos diz (CLG, p. 119):

Na prática, um estado de língua não é um ponto, mas um espaço de tempo, mais ou menos longo, durante o qual a soma das modificações ocorridas é mínima. As relações que os constituintes da língua têm com os demais na linha fluxo do tempo, são relações que só podem ser contempladas pela diacronia.

Mais uma vez aqui, observamos o movimento, de inclinação representacionista, no sentido de capturar o fenômeno lingüístico como uma dimensão fixa: embora o próprio Saussure reconheça ser problemática a definição do que seja o *estado de língua*, admitindo que não pode ser senão “uma noção aproximativa”, parece considerar esta dificuldade como um percalço comum “na maior parte das ciências”, sob a alegação de

que “nenhuma demonstração é possível sem uma simplificação convencional dos dados” (CLG:118). Seja como for, sua compreensão da *langue* como uma estrutura que é, durante um estado de língua, *fixa* – sua idéia de que a *langue* é um sistema estável que subjaz aos usos concretos das línguas –, faz com que sua visão de linguagem seja compatível com a idéia de que as regras lingüísticas são logicamente anteriores a seu uso,

contendo em si mesmas as suas possibilidades de aplicação e determinando de antemão o que pertence e o que não pertence à esfera da língua. E esta é, como vimos, uma das teses caras a perspectivas representacionistas.

Delimitada a *langue* como uma *estrutura* subjacente aos usos concretos da língua durante um *estado de língua* sincronicamente capturável, resta agora compreender em maior detalhe como Saussure entende esta realidade estrutural internamente. Para isso, será fundamental considerar em primeiro lugar o que Saussure nos tem a dizer acerca da natureza do signo lingüístico.

Ao introduzir este tópico (CLG, p. 79 e segs.), Saussure começa por criticar e descartar aquilo que apresenta como uma visão tão disseminada quanto simplista – a visão de que “a língua, reduzida a seu princípio essencial, é uma nomenclatura, vale dizer, uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas”.

Segundo Harris, esta pode ser entendida como uma crítica que Saussure volta à sua própria obra. Suas publicações *Mémoire sur le système des voyelles dans les langues indo-européennes* e *De l'emploi du génitif absolu en sanscrit* subscvem a visão nomenclaturista que era típica dos trabalhos comparativistas e filológicos da época.

Saussure constrói sua crítica aos nomenclaturistas em três aspectos. O primeiro deles é que o nomenclaturismo “supõe idéias completamente feitas pre-existentes às palavras”; o segundo é que “não nos diz se a palavra é de natureza vocal ou psíquica”; e o terceiro é a suposição de que “o vínculo que une um nome a uma coisa constitui uma operação muito simples” (CLG, p. 79).

Harris ressalta o caráter relativamente vago dessas objeções e alerta-nos a notar que um nomenclaturista poderia escapar das críticas de Saussure e continuar a ser nomenclaturista. Um adepto do nomenclaturismo não tem por que decidir se a palavra é de natureza vocal ou psíquica; tampouco tem por que sustentar que a relação entre o nome e a coisa é uma relação simples. Quanto à objeção de que a perspectiva sob ataque

“supõe idéias já feitas”, um nomenclaturista poderia replicar que o que se supõe é que as *coisas* que recebem os nomes devam pré-existir. Harris afirma que o que há de estranho nessa crítica, como um leitor atento logo perceberá, é o fato de ela não ser inteiramente voltada contra a tese filosófica em si, mas contra o uso que se fez dela pelos estudos lingüísticos do século XIX.

Compreendemos melhor as objeções de Saussure, quando nos damos conta de que, no contexto histórico da época, era comum considerar que

A Lingüística seria científica justamente se o lingüista pudesse “provar” que, por exemplo, a palavra francesa *arbre* descendia diretamente do latim *arbor*. Parte da prova envolveria estabelecer que *arbre* e *arbor* referem-se à “mesma coisa” (HARRIS, 1987, p. 57).

Esse ponto é importante para nós, porque reforça e esclarece a hipótese, aqui assumida, de que Saussure rejeita apenas *uma* versão de representacionismo, mas não *qualquer* versão. O que Saussure parece combater aqui é de fato uma inclinação típica da abordagem historicista: pois, para Saussure, ainda que as árvores sejam as mesmas em todas as épocas e ainda que a coisa designada pelas palavras *arbor* e *arbre* seja a mesma, isso *não* quer dizer que o *valor* dos termos permaneça o mesmo. Conforme esclarece Harris (op. cit., p. 58), Saussure nega justamente a idéia de que “a identidade das coisas designadas garante a identidade das idéias”.

Rejeitar a tese do nomenclaturismo é, pois, rejeitar um tipo de visão representacionista para a linguagem. Após essa crítica, a resposta que se pede ao *Curso* é à pergunta: o que é, então, o significado de uma palavra?

Saber qual a explicação dada por Saussure para o significado de uma palavra é entrar num campo bastante movediço do *Curso*. Esta pergunta pode ser respondida de modo diferente conforme consideremos o conceito de significado. Harris observa que, para Saussure, o significado lingüístico de uma palavra (i) “não é uma entidade extra-lingüística de nenhum tipo” e (ii) “é dependente de uma rede de relações que ligam as palavras entre si” (HARRIS, 1988, p. 22). Isso significa que para Saussure não há um isolamento possível do significado de qualquer expressão lingüística, porque este existe apenas na relação com o significado das outras expressões da língua.

Saussure, no entanto, não se detém a tratar do que é exatamente o “significado”. Não são poucas as vezes em que esse termo está presente no *Curso*. Assim como Saussure fala de significado, fala igualmente de significação, de idéia, de conceito e de

pensamento. A caracterização acima oferecida por Harris a respeito do que é o significado é, na verdade, a caracterização do que é *valor* na teoria saussuriana.

O valor é justamente aquilo do qual estão revestidos os signos lingüísticos; é relacional e opositivo, porque não possui conexão de nenhum tipo com entidades da esfera da mente ou da natureza; é interno, só existe dentro do sistema lingüístico e é dinâmico, na medida em que a língua se desenvolve no tempo.

O significado para Saussure é algo mais estreito, digamos assim. Em sua teoria, não passa da contraparte do significante, no interior do signo. Ele, isolado, não é matéria da lingüística saussuriana. Só se faz presente, porque é um dos constituintes do signo lingüístico. O signo, este sim, no interior do sistema, é o motor da *langue*. O movimento mais vigoroso de Saussure, portanto, parece dar-se na direção de enfatizar a importância da noção de *valor* na compreensão do fenômeno semântico, em detrimento das outras noções concorrentes, significação, significado e conceito. Ao insistir na identidade negativa e no caráter relacional das unidades lingüísticas, Saussure claramente se afasta da perspectiva representacionista. Ao mesmo tempo, no entanto, mantém uma visão bipartida do signo, numa inclinação representacionista inegável. Na esfera semântica, as colocações saussurianas parecem ser um terreno em que a tensão entre os movimentos de adesão e reação ao representacionismo, manifestam-se de forma especialmente nítida.

A questão sobre a compreensão saussuriana da esfera semântica da linguagem articula-se de forma mais ou menos natural com dois outros pontos importantes de sua teoria da linguagem, que precisam ser comentados: trata-se da relação entre linguagem e pensamento, por um lado, e da compreensão do que seja a comunicação verbal, por outro.

A palavra na teoria saussuriana não tem sua função explicada em relação ao pensamento que expressa, nem o pensamento é explicado em relação a uma coisa ou um estado de coisas do mundo. Como vimos, Saussure vê a identidade de uma unidade lingüística como sendo definida sobretudo pelo contraste constante com as outras unidades da *langue*. O pensamento, para Saussure, está intimamente relacionado à linguagem. Examinemos esse trecho do *Curso*:

O papel característico da língua frente ao pensamento não é criar um meio fônico material para a expressão das idéias, mas servir de intermediário entre o pensamento e o som, em condições tais que uma união conduza

necessariamente a delimitações recíprocas de unidades. O pensamento, caótico por natureza, é forçado a precisar-se ao se decompor. Não há, pois, nem, materialização do pensamento, nem espiritualização de sons; trata-se, antes, do fato, de certo modo misterioso, de o 'pensamento-som' implicar divisões e de a língua elaborar suas unidades constituindo-se entre duas massas amorfas (CLG, p. 131).

Saussure quer mostrar nessa passagem que a *langue* não está entre o pensamento e o som – em certo sentido, ela *é* a articulação dos dois. Antes da linguagem não haveria pensamento, ou seja, o raciocínio não é pré-lingüístico. O conceito de língua ao qual chega Saussure, nesta passagem, é caracterizado pela idéia da junção de duas substâncias, que, antes de se misturarem, são completamente amorfas. Bem, a língua é entendida como um código fixo, e a explicação dada pela passagem acima transcrita nos dá, na visão de Harris, uma explicação psicológica para o acontecimento da língua, como um derivado de duas substâncias amorfas. Ainda que Saussure jamais explique exatamente como tal junção pode produzir uma estrutura, o fato é que a insistência do autor na indissociabilidade entre pensamento e linguagem o coloca em posição antagônica à tese representacionista de que os conceitos humanos gozam de algum tipo de autonomia, de que são, por assim dizer, logicamente anteriores à linguagem. A teoria saussuriana, então, leva muito além o conceito de linguagem, no sentido de que lhe atribui função constitutiva em nossos sistemas conceituais, recusando-se a limitá-la a propósitos comunicativos. Quando consideramos, no entanto, a explicação que Saussure efetivamente oferece para a comunicação verbal, um movimento em sentido contrário parece desenhar-se. O aspecto da linguagem como uma atividade social interativa é abordado no *Curso* pelo que Saussure denominou o Circuito da Fala (CLG, p. 19).

Harris demonstra que, em sua teoria da comunicação verbal, Saussure tem como fonte de inspiração a *teoria da translação* de Locke (1991). Há, segundo ele, no circuito saussuriano, a conservação de duas premissas básicas deste antigo modelo: “(i) a comunicação é um processo telementacional, em que há a transferência de pensamento de uma mente humana a outra, e (ii) a condição necessária e suficiente para o sucesso do processo telementacional é que o pensamento do ouvinte seja idêntico ao do falante” (HARRIS, 1988, p. 205).

A teoria saussuriana, contudo, apresenta alguns avanços em relação a de Locke, sobretudo, porque, como vimos, para Saussure, o pensamento antes da linguagem é “uma massa amorfa”. Locke, por outro lado, concebia pensamento sem linguagem; para ele, as palavras eram recipientes para as idéias na mente, a qual, por sua vez, produz

idéias independentemente da linguagem. Saussure já não trabalha com essas variantes: estabelece o conceito de signo lingüístico, fazendo com que entendamos que, no Circuito da Fala, não há a transmissão de idéias, pois cada indivíduo possui em suas mentes um sistema lingüístico. Em relação à segunda premissa adotada por Saussure, a da identidade de pensamento, não há, além da noção de pensamento que acabamos de tratar, qualquer avanço do modelo do circuito em relação a teoria de translação. Locke e Saussure, ambos, “proclamam a completa simetria entre a codificação e a decodificação” (op. cit., p. 211). Num trecho do Curso se observa a reivindicação de uma perfeita simetria entre o que é pronunciado e o que é ouvido:

Pelo funcionamento das faculdades receptiva e coordenativa, nos indivíduos falantes, é que se formam as marcas que chegam a ser sensivelmente as mesmas em todos (CLG, p. 21).

Outra idéia remanescente de Locke no modelo do circuito da fala é a noção de conceito que desencadeia o processo de comunicação:

O ponto de partida do circuito se situa no cérebro de uma delas, por exemplo A, onde os fatos de consciência, a que chamaremos conceitos, se acham associados às representações dos signos lingüísticos ou imagens acústicas que servem para exprimi-los (CLG, p. 19).

A aproximação com Locke, um dos defensores históricos mais explícitos de uma perspectiva representacionista do significado, aponta para a sintonia da teoria saussuriana da comunicação com tal perspectiva. Se Saussure não acompanha Locke na tese da anterioridade das idéias em relação às palavras, acompanha-o, no entanto, na postulação da fixidez e da uniformidade dos significados entre os membros de uma comunidade lingüística, nisso aproximando-se francamente do representacionismo.

Sobre a explicação de Saussure para o “circuito da fala”, Harris observa que talvez tenha relação com certa propensão no contexto da época, em que a utilização de um termo da tecnologia podia significar, para Saussure, “estar de posse de uma carta de entrada no mundo das ciências.” Harris continua afirmando que “talvez tenha sido um equívoco decidir adaptar um modelo de mecanismo de transmissão visando explicar conceitos que não são explicáveis, de forma alguma, através da referência a processos mecânicos” (op. cit., p. 210).

Acabamos de ver resumidamente alguns dos conceitos fundamentais para se

compreender a teoria saussuriana, numa perspectiva que indica ora uma adesão ora uma reação ao representacionismo. Vimos que a idéia de que a *langue* é um sistema de regras fixas, que propicia a comunicação humana, através de processos simétricos de codificação e decodificação, em que signos lingüísticos, essa unidade bipartida, se constituem no momento mesmo da fala, na forma da união de um conceito e uma imagem acústica, é característica de uma adesão à visão representacionista da linguagem, enquanto, por outro lado, o entendimento de significado como valor, priorizando a forma que assume dentro do sistema da *langue*, em detrimento de qualquer relação extra-lingüística, e o entendimento de linguagem como indissociável do pensamento são característicos de uma reação ao representacionismo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que Saussure empreendeu uma reflexão sobre o fenômeno lingüístico de tal forma complexa, que a tensão entre duas visões concorrentes sobre a linguagem que desejávamos examinar apresentava-se sob a forma de um tamanho imbricamento, que nem sempre foi fácil a tarefa de “separar o joio do trigo”.

No *Curso*, a visão sobre o significado e a linguagem em linha com a perspectiva mais hegemônica na história do pensamento ocidental convive, por vezes de forma paradoxal, com um pensamento radicalmente revolucionário, associável sob muitos aspectos à filosofia de outro autor igualmente seminal, L. Wittgenstein.

A análise da teoria saussuriana em função de uma tensão entre duas visões antagônicas nos revelou uma teoria saussuriana que reconhece a dinamicidade da língua – uma teoria que compreende o signo lingüístico como dependente de uma rede de relações e que destaca que as regras lingüísticas não têm qualquer ponto de partida “exterior”, sendo a estabilidade da linguagem, como a de uma álgebra sem termos primitivos, por assim dizer, “desancorada”, garantida apenas pelo próprio jogo da linguagem.

Em linhas gerais, este trabalho conclui que o *Curso* de Saussure, apesar de propor como tarefa programática para a Lingüística, a fixação do sistema lingüístico e das relações de seus constituintes, reconheceu a complexidade do objeto, a *langue*, apontando para uma compreensão menos rígida dos processos envolvidos nessa

essencial atividade humana.

Muitos comentadores de Saussure, entre eles De Mauro (1972), nos alertam para a necessidade de aprofundar uma leitura da teoria saussuriana de forma a conceder-lhe um lugar diferente daquele pelo qual ficou mais conhecido: o pai do estruturalismo. Em sua análise, De Mauro nos convida a perceber “o sentido não convencionalista do arbitrário saussuriano, a profunda consciência da necessidade histórica do signo, a consciência em suma da radical historicidade dos sistemas lingüísticos”.

Esperamos que este trabalho tenha contribuído de alguma forma para uma maior compreensão do legado de Saussure, demonstrando que os conceitos dos quais ele se vale ao longo do *Curso* constituem importantes elementos na construção de sua inesgotável perspectiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BOUQUET, S. *Introdução à leitura de Saussure*. Tradução de Carlos A. L. Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2000.
2. CARVALHO, C. de. *Para compreender Saussure*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.
3. CULLER, J. *Saussure*. 2. ed. London: Fontana, 1986.
4. De MAURO. T. **Édition critique** du ‘*Cours de linguistique générale*’ de F. de Saussure. Paris: Payot, 1972.
5. DERRIDA, J. *De la grammatologie*. Paris: Les éditions de minuit, 1967.
6. ENGLER, R. *Lexique de la terminologie saussurienne*. Utrecht-Anvers, Spectrum Éditeurs, 1968.
7. GLOCK, H-J. *Dicionário Wittgenstein*. Tradução Helena Martins. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
8. GRAYLING, A. C. *Wittgenstein*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
9. HARRIS, R.; TAYLOR, T. J. *Landmarks in linguistic thought I: the western tradition from socrates to saussure*. 2.ed. New York: Routledge, 1997.
10. HARRIS, R. *Language, Saussure and Wittgenstein: how to play games with words*. London: Routledge, 1988.
11. HARRIS, R. *Reading Saussure: a critical commentary on the Cours de linguistique*

- générale. London: Duckworth, 1987.
12. HOLDCROFT, D. *Saussure: signs, systems, and arbitrariness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
 13. LOCKE, J. *Ensaio acerca do entendimento humano*. Tradução de Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
 14. MARTINS, H. *Metáfora e polissemia no estudo das línguas do mundo: uma aproximação não representacionista*. 1999. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
 15. RORTY, R. *Objectivity, relativism, and truth: philosophical papers*. Volume I. New York: Cambridge University Press, 1994.
 16. SAUSSURE, F. de. *Curso de Lingüística Geral*. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein. 25.ed. São Paulo: Cultrix, 1999.
 17. SAUSSURE, F. *Cours de Linguistique Générale*. 2.ed. Paris: Payot, 1922.
 18. SOUZA FILHO, Danilo Marcondes de. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 6.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
 19. THIBAUT, P. J. *Re-reading Saussure: the dynamics of signs in social life*. London: Routledge, 1996.
 20. WEEDWOOD, B. *História concisa da lingüística*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
 21. WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Tradução José Carlos Bruni. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
 22. WITTGENSTEIN, L. *Sobre a certeza*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.
 23. WITTGENSTEIN, L. *Wittgenstein's Lectures: Cambridge 1932-1939*. Oxford: Blackwell, 1979.

RESUMO: Tomando por base a leitura clássica de Roy Harris para o *Curso de Lingüística Geral* de Ferdinand de Saussure, este artigo analisa a presença de uma tensão entre duas visões concorrentes de linguagem e significado, a saber, uma perspectiva representacionista, hegemônica na história do pensamento lingüístico, e uma concepção oposta, próxima à que se encontra nas *Investigações Filosóficas*, de L. Wittgenstein.

PALAVRAS-CHAVE: Saussure; representacionismo; significado; Wittgenstein.

ABSTRACT: Based on Roy Harris's classical reading of the Saussure's *Course in General Linguistics*, this study analyses the presence of a tension between two divergent views on language and meaning, where a traditional *representationalist* perspective is shown to coexist with an opposing view, similar to the one found in L. Wittgenstein's *Philosophical Investigations*.

KEYWORDS: Saussure; representationalism; meaning; Wittgenstein.